ReGeo ISSN: 2177-3246

ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA, TRABALHO ASSOCIADO E AUTONOMIA DAS MULHERES: A EXPERIÊNCIA DO GRUPO CANTINHO DA ROÇA, COMUNIDADES DE ALTO DO SANTOS E VILA FELIZ

POPULAR AND SOLIDARITY ECONOMY, ASSOCIATED WORK, AND WOMEN'S AUTONOMY: THE EXPERIENCE OF THE CANTINHO DA ROÇA GROUP, COMMUNITIES OF ALTO DO SANTOS AND VILA FELIZ

ECONOMÍA POPULAR Y SOLIDARIA, TRABAJO ASOCIADO Y AUTONOMÍA DE LAS MUJERES: LA EXPERIENCIA DEL GRUPO CANTINHO DA ROÇA, COMUNIDADES DE ALTO DO SANTOS Y VILA FELIZ

https://doi.org/10.56238/revgeov17n11-102

Data de submissão: 19/10/2026 **Data de publicação:** 19/11/2026

Iatiara Chaves de Oliveira Ribeiro
Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial
Instituição: Universidade Estadual de Feira de Santana (PLANTERR/UEFS)
E-mail: iatiara@uefs.br

Inez Azevedo Carvalho
Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial
Instituição: Universidade Estadual de Feira de Santana (PLANTERR/UEFS)
E-mail: adv.inezazevedo@gmail.com

Jhon Allas Sacramento Pereira
Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial
Instituição: Universidade Estadual de Feira de Santana (PLANTERR/UEFS)
E-mail: jhonallas18@gmail.com

Maria Cecília Moreira dos Reis
Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial
Instituição: Universidade Estadual de Feira de Santana (PLANTERR/UEFS)
E-mail: cecililpe2010@gmail.com

José Raimundo Oliveira Lima
Pós-Doutor em Educação e Contemporaneidade, Coordenador da pesquisa
Instituição: Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)

RESUMO

A Economia Popular e Solidária (EPS) constitui importante estratégia de organização do trabalho baseada na cooperação, na autogestão e na valorização dos sujeitos, contribuindo para a inclusão produtiva e o fortalecimento do Desenvolvimento Territorial. Nesse contexto, as incubadoras universitárias desempenham papel relevante ao promover processos formativos capazes de fortalecer iniciativas de trabalho associado e ampliar a autonomia de seus participantes. Este artigo objetiva analisar como o processo de incubação desenvolvido pela Incubadora de Iniciativas de Economia Popular e Solidária da Universidade Estadual de Feira de Santana (IEPS/UEFS) contribuiu para o fortalecimento da autogestão, da autonomia feminina e do desenvolvimento territorial, a partir da experiência do Grupo Cantinho da Roça. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza descritivo-

analítica, desenvolvida por meio de estudo de caso, utilizando pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, observação, entrevistas semiestruturadas e rodas de conversa cujos dados foram interpretados através da Análise de Conteúdo. Os resultados evidenciam que a incubação universitária favoreceu o fortalecimento da organização coletiva, a ampliação das práticas autogestionárias, o desenvolvimento de capacidades organizacionais e a autonomia das mulheres participantes, além de ter colaborado para o fortalecimento de vínculos comunitários e contribuído para a valorização das redes econômicas locais. Por outro lado, foram identificados desafios relacionados à formalização administrativa, à gestão financeira compartilhada e ao desejo de continuidade do grupo após o período de incubação. Conclui-se, portanto, que a incubação universitária constitui importante estratégia de fortalecimento da Economia Popular e Solidária ao articular formação, autogestão, autonomia feminina e desenvolvimento territorial, ampliando os efeitos sociais do trabalho associado para além da geração de renda.

Palavras-chave: Economia Popular e Solidária. Incubação Universitária. Trabalho Associado. Autogestão. Desenvolvimento Territorial.

ABSTRACT

Popular and Solidarity Economy (PSE) constitutes an important work organization strategy based on cooperation, self-management, and the valorization of subjects, contributing to productive inclusion and the strengthening of Territorial Development. In this context, university incubators play a relevant role by promoting training processes capable of strengthening associated work initiatives and expanding the autonomy of their participants. This article aims to analyze how the incubation process developed by the Popular and Solidarity Economy Incubator of the State University of Feira de Santana (IEPS/UEFS) contributed to the strengthening of self-management, women's autonomy, and territorial development, based on the experience of the Cantinho da Roça Group. This is a qualitative, descriptive-analytical research developed through a case study, utilizing bibliographic research, documentary research, observation, semi-structured interviews, and conversation circles, whose data were interpreted through Content Analysis. The results show that university incubation favored the strengthening of collective organization, the expansion of self-management practices, the development of organizational capacities, and the autonomy of the participating women, in addition to collaborating to strengthen community bonds and contributing to the valorization of local economic networks. On the other hand, challenges related to administrative formalization, shared financial management, and the group's desire for continuity after the incubation period were identified. It is concluded, therefore, that university incubation constitutes an important strategy for strengthening the Popular and Solidarity Economy by articulating training, self-management, women's autonomy, and territorial development, amplifying the social effects of associated work beyond income generation.

Keywords: Popular and Solidarity Economy. University Incubation. Associated Work. Self-Management. Territorial Development.

RESUMEN

La Economía Popular y Solidaria (EPS) constituye una importante estrategia de organización del trabajo basada en la cooperación, la autogestión y el empoderamiento de las personas, contribuyendo a la inclusión productiva y al fortalecimiento del desarrollo territorial. En este contexto, las incubadoras universitarias desempeñan un papel relevante en la promoción de procesos formativos capaces de fortalecer las iniciativas de trabajo colaborativo y ampliar la autonomía de sus participantes. Este artículo tiene como objetivo analizar cómo el proceso de incubación desarrollado por la Incubadora de Iniciativas de Economía Popular y Solidaria de la Universidad Estatal de Feira de Santana (IEPS/UEFS) contribuyó al fortalecimiento de la autogestión, la autonomía femenina y el desarrollo

territorial, a partir de la experiencia del Grupo Cantinho da Roça. Se trata de una investigación cualitativa, descriptiva-analítica, desarrollada a través de un estudio de caso, utilizando investigación bibliográfica, investigación documental, observación, entrevistas semiestructuradas y grupos focales, cuyos datos fueron interpretados mediante análisis de contenido. Los resultados muestran que la incubación universitaria fomentó el fortalecimiento de la organización colectiva, la expansión de las prácticas de autogestión, el desarrollo de capacidades organizativas y la autonomía de las mujeres participantes, además de contribuir al fortalecimiento de los lazos comunitarios y la valorización de las redes económicas locales. Por otro lado, se identificaron desafíos relacionados con la formalización administrativa, la gestión financiera compartida y el deseo de continuidad del grupo tras el periodo de incubación. Se concluye, por lo tanto, que la incubación universitaria constituye una estrategia importante para fortalecer la Economía Popular y Solidaria, al articular la formación, la autogestión, la autonomía femenina y el desarrollo territorial, ampliando los efectos sociales del trabajo asociado más allá de la generación de ingresos.

Palabras clave: Economía Popular y Solidaria. Incubación Universitaria. Trabajo Asociado. Autogestión. Desarrollo Territorial.

1 INTRODUÇÃO

As transformações contemporâneas nas relações de trabalho – marcadas pela precarização laboral, pela ampliação das desigualdades sociais e pela persistência das desigualdades de gênero – têm impulsionado a construção de formas coletivas de organização da produção e da reprodução da vida. Nesse contexto, a Economia Popular e Solidária (EPS) constitui uma alternativa fundamentada na cooperação, na autogestão e no trabalho associado e orientada pela construção de relações econômicas comprometidas com a solidariedade, a democracia e a valorização dos sujeitos. Mais do que uma estratégia de geração de renda, a EPS representa um campo de produção de novas sociabilidades e de fortalecimento das capacidades coletivas para organização do trabalho e da vida em comum.

Nessa perspectiva, as incubadoras universitárias assumem papel relevante ao promover processos permanentes de formação, assessoria e construção coletiva junto aos grupos de trabalho associado. Diferentemente de modelos centrados na transferência de técnicas gerenciais, a incubação na EPS busca fortalecer práticas autogestionárias, ampliar a participação dos trabalhadores nas decisões coletivas e favorecer a construção de relações horizontais entre universidade e comunidade, configurando um processo educativo que articula produção de conhecimento, extensão universitária e desenvolvimento territorial.

Embora a literatura reconheça a importância das incubadoras universitárias para a consolidação da EPS, ainda são relativamente escassos os estudos que investigam como esses processos contribuem para a construção da autonomia das mulheres e para o fortalecimento das práticas autogestionárias em grupos de trabalho associado. Essa lacuna assume relevância quando se analisam experiências compostas majoritariamente por mulheres, nas quais a participação na EPS ultrapassa a dimensão econômica e envolve transformações nas formas de organização do trabalho, nas relações comunitárias e na ampliação da participação nos processos coletivos de decisão.

É nesse contexto que se insere a experiência do Grupo Cantinho da Roça, coletivo de trabalho associado em incubação pela Incubadora de Iniciativas de Economia Popular e Solidária da Universidade Estadual de Feira de Santana (IEPS/UEFS). Formado por mulheres das comunidades de Alto dos Santos e Vila Feliz, no município de Feira de Santana (BA), os grupos constituem uma experiência relevante para compreender como a incubação universitária pode contribuir para o fortalecimento da autogestão, da construção da autonomia das mulheres e da organização coletiva do trabalho, articulando práticas econômicas solidárias e processos de desenvolvimento territorial.

Diante desse cenário, este artigo tem por objetivo analisar de que maneira o processo de incubação desenvolvido pela IEPS/UEFS contribui para o fortalecimento da EPS a partir da

experiência do Grupo Cantinho da Roça, enfatizando seus efeitos sobre a autogestão, a construção da autonomia das mulheres e o desenvolvimento territorial. Parte-se da compreensão de que a incubação universitária constitui uma estratégia de fortalecimento do trabalho associado ao favorecer processos contínuos de aprendizagem coletiva, organização democrática e articulação entre universidade, comunidade e território, ampliando as possibilidades de construção de alternativas econômicas comprometidas com a justiça social e a reprodução ampliada da vida.

2 METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza descritivo-analítica, desenvolvida por meio de um estudo de caso sobre o Grupo Cantinho da Roça, coletivo de trabalho associado em incubação pela Incubadora de Economia Popular e Solidária da Universidade Estadual de Feira de Santana (IEPS/UEFS). A escolha do estudo de caso justifica-se por essa modalidade investigativa possibilitar a compreensão aprofundada dos processos de incubação universitária e de sua contribuição para a construção da autogestão, da autonomia das mulheres e da organização coletiva do trabalho.

A coleta dos dados ocorreu por meio da triangulação de procedimentos metodológicos, envolvendo pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, observação, rodas de conversa e entrevistas semiestruturadas realizadas com as integrantes do grupo. Também foram analisados documentos produzidos durante o processo de incubação, incluindo os registros institucionais da incubadora, o que permitiu compreender a trajetória organizativa do grupo de trabalho associado e os processos de construção coletiva desenvolvidos ao longo da incubação.

Os dados foram analisados por meio da Análise de Conteúdo, conforme Bardin (2016), articulando as evidências empíricas às categorias analíticas definidas no referencial teórico: (i) Economia Popular e Solidária; (ii) Incubação Universitária; (iii) Trabalho Associado; (iv) Autogestão; (v) Autonomia das Mulheres; e (vi) Desenvolvimento Territorial. A interpretação dos dados baseou-se na integração das diferentes fontes de informação produzidas ao longo da pesquisa no intuito de compreender de que forma o processo de incubação contribuiu para o fortalecimento da organização coletiva do trabalho, das práticas autogestionárias e da construção da autonomia das mulheres participantes.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Este referencial está estruturado em dois blocos temáticos (3.1 e 3.2) que articularam ao longo das discussões as categorias analíticas supramencionadas.

3.1 ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA, TRABALHO ASSOCIADO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

A Economia Popular e Solidária (EPS) constitui um campo teórico e prático que propõe formas alternativas de organização da produção, da circulação e da reprodução da vida, fundamentadas na cooperação, na autogestão e no trabalho associado. Diferentemente das formas convencionais de organização econômica, orientadas pela lógica da acumulação e da competitividade, a EPS estrutura-se a partir da centralidade do trabalho, da construção coletiva das decisões e da valorização das relações de reciprocidade e solidariedade. Nessa perspectiva, o trabalho deixa de ser compreendido apenas como fator de produção para assumir dimensão política, social e territorial, vinculando-se à construção de alternativas econômicas comprometidas com a justiça social e com a democratização das relações de trabalho.

Essa compreensão aproxima-se das formulações de Paul Singer (2002), que identifica a Economia Solidária como uma forma de organização baseada na propriedade coletiva dos meios de produção, na gestão democrática e na cooperação entre trabalhadores. Entretanto, autores latino-americanos, como José Luis Coraggio (2011), Luis Razeto Migliaro (2023) e Genauto França Filho (2004), ampliam esse entendimento ao enfatizar que a EPS não se restringe à geração de renda, mas envolve processos de organização social, fortalecimento comunitário e construção de outras racionalidades econômicas, orientadas pela reprodução ampliada da vida e pela valorização dos vínculos territoriais. Destacamos que esses vínculos, bem como as relações de confiança como se observa nesta pesquisa são capazes de construir engajamentos para fortalecerem as políticas públicas por dentro (Boneti, 2007).

Nessa perspectiva, a categoria trabalho associado assume centralidade analítica ao deslocar o foco da organização econômica para os sujeitos que constroem coletivamente os processos produtivos. Conforme argumenta Pita (2020), experiências de trabalho associado não podem ser compreendidas apenas sob a ótica da formalização jurídica ou da eficiência produtiva, pois representam espaços de produção de novas formas de organização do trabalho, negociação coletiva e construção de autonomia. A autora destaca que a constituição desses coletivos ocorre em permanente tensão com modelos empresariais tradicionais, exigindo processos contínuos de aprendizagem, elaboração de regras compartilhadas e fortalecimento das práticas autogestionárias.

Essa concepção permite compreender a EPS como estratégia de Desenvolvimento Territorial. O território deixa de representar apenas um recorte espacial e passa a constituir o espaço onde se articulam relações econômicas, sociais, culturais e políticas, possibilitando a construção de redes de cooperação, circulação de conhecimentos e valorização dos recursos locais. Assim, iniciativas de

trabalho associado fortalecem circuitos econômicos de proximidade, ampliam vínculos comunitários e contribuem para formas de desenvolvimento construídas a partir das potencialidades dos próprios territórios.

Sob essa perspectiva, o fortalecimento da EPS depende da existência de mecanismos institucionais capazes de apoiar processos coletivos de organização do trabalho. Entre esses mecanismos destacam-se as incubadoras universitárias, cuja atuação ultrapassa o assessoramento técnico e se constitui como espaço de formação, construção coletiva do conhecimento e fortalecimento da autogestão.

3.2 INCUBAÇÃO UNIVERSITÁRIA, AUTOGESTÃO E CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA DAS MULHERES

As incubadoras universitárias de EPS desempenham papel estratégico na articulação entre universidade e sociedade ao desenvolver processos permanentes de formação, assessoria e acompanhamento de grupos de trabalho associado. Diferentemente de modelos convencionais de incubação empresarial, sua atuação está orientada para o fortalecimento das práticas autogestionárias, da organização coletiva e da construção de capacidades sociais necessárias à sustentabilidade das iniciativas incubadas.

A EPS e o Cooperativismo compartilham princípios que orientam formas coletivas de organização do trabalho e da produção (Lima e Santos, 2026), pautadas na valorização do ser humano em detrimento da lógica da maximização do lucro. Entre seus fundamentos destacam-se a autogestão, a cooperação, a democracia, a participação, a solidariedade, a distribuição equitativa dos resultados, a valorização do trabalho e o compromisso com a justiça social, a cidadania e o desenvolvimento local sustentável.

Esses princípios fortalecem as Organizações Econômicas Solidárias (OES), caracterizadas pela gestão democrática, construção coletiva das decisões e na autonomia dos trabalhadores, conciliando viabilidade econômica, inclusão social e transformação das condições de vida e trabalho. Além disso, a educação, a formação permanente e a intercooperação constituem elementos essenciais para o fortalecimento dessas organizações e para a consolidação de práticas econômicas solidárias.

A autogestão constitui um dos princípios estruturantes da EPS por pressupor a participação democrática dos trabalhadores na definição dos rumos da organização coletiva, na gestão dos recursos e na distribuição dos resultados do trabalho. Trata-se de um processo social continuamente construído no qual decisões, responsabilidades e conflitos são compartilhados entre os integrantes do grupo. Conforme argumenta Nascimento (2008), a autogestão representa uma prática de democratização das

relações de trabalho, exigindo aprendizagem permanente, cooperação e corresponsabilidade entre os sujeitos envolvidos.

Ao analisar experiências de trabalho associado, Pita (2020) reforça que a autogestão não constitui um modelo acabado, mas um processo histórico marcado por negociações, tensões e construção cotidiana de regras coletivas. A consolidação dessas práticas depende da capacidade do grupo de desenvolver mecanismos democráticos de decisão, fortalecer vínculos de confiança e construir formas compartilhadas de organização do trabalho, aspectos que conferem centralidade à dimensão educativa da incubação universitária.

Quando essas experiências são constituídas majoritariamente por mulheres, a análise demanda incorporar as contribuições da Economia Feminista. Carrasco (2014), Kabeer (1999), Hillenkamp, Guérin e Verschuur (2014), Díaz (2009) e Nobre (2006) compreendem que a participação das mulheres em iniciativas de EPS não deve ser reduzida ao acesso à renda. Ao contrário, tais experiências favorecem processos de construção da autonomia, ampliação da participação nas decisões coletivas, fortalecimento das redes de solidariedade e reconhecimento social do trabalho historicamente invisibilizado.

Nessa perspectiva, a autonomia das mulheres constitui um processo relacional e coletivo, construído a partir da ampliação das capacidades de decisão, da participação nas práticas autogestionárias e da reorganização das relações sociais estabelecidas nos espaços de trabalho e nas comunidades. Não se trata de uma condição individual ou de um atributo adquirido, mas de um processo contínuo de fortalecimento da ação coletiva, no qual a organização do trabalho associado possibilita novas formas de participação, reconhecimento e construção de direitos.

Desse modo, a articulação entre EPS, incubação universitária, autogestão e construção da autonomia das mulheres fornece o referencial analítico que orienta este estudo. A partir dessas categorias, busca-se compreender como a experiência do Grupo Cantinho da Roça, em incubação pela IEPS/UEFS, expressa processos de organização coletiva do trabalho, fortalecimento das práticas autogestionárias e Desenvolvimento Territorial.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 A INCUBAÇÃO UNIVERSITÁRIA COMO PROCESSO DE FORTALECIMENTO DA ORGANIZAÇÃO COLETIVA DO TRABALHO

O Grupo Cantinho da Roça é constituído por doze mulheres vinculadas à Associação Comunitária Rural de Vila Feliz, residentes nas comunidades de Alto dos Santos, Vila Feliz e Olhos d'Água da Formiga, no município de Feira de Santana (BA). Sua constituição ocorreu a partir da

mobilização de uma de suas integrantes, que identificou a oportunidade de participação em edital da Incubadora de Iniciativas de Economia Popular e Solidária da Universidade Estadual de Feira de Santana (IEPS/UEFS), reunindo mulheres da comunidade para integrar o processo de incubação.

A IEPS/UEFS é um programa permanente de extensão universitária que desenvolve ações de ensino, pesquisa (Resolução Consepe 116/2010) e extensão (Resolução Consepe 003/2013) voltadas ao fortalecimento de iniciativas de EPS (UEFS, 2026). Fundamentada nos princípios da autogestão, da cooperação e da educação popular, a Incubadora promove processos formativos, assessoria técnica e acompanhamento continuado de grupos populares, contribuindo para o fortalecimento organizacional, a geração de trabalho e renda e a construção da autonomia dos sujeitos envolvidos. Nesse contexto, o Cantinho da Roça passou a integrar um processo de incubação orientado pelo diálogo entre universidade e comunidade, com foco no fortalecimento de suas capacidades organizativas e produtivas.

A inserção no Projeto Cantina Solidária possibilitou ao Grupo assumir a gestão da cantina localizada no Módulo VII da UEFS e integrar um processo de incubação que extrapola a oferta de um espaço institucional para comercialização de alimentos. Os documentos analisados demonstram que a proposta da incubação está orientada por princípios de formação política, organização coletiva do trabalho, cooperação, participação democrática e valorização do trabalho associado, favorecendo a construção de práticas autogestionárias e de relações horizontais entre universidade e comunidade.

As evidências produzidas pela pesquisa revelam que a incubação favoreceu a construção de conhecimentos relacionados à organização coletiva do trabalho, à administração compartilhada, ao atendimento ao público, ao planejamento das atividades e à resolução de problemas cotidianos. As participantes reconhecem que as ações formativas promovidas pela IEPS/UEFS contribuíram para ampliar sua capacidade de organização coletiva e fortalecer processos de aprendizagem construídos a partir das necessidades concretas do Grupo.

Esses resultados permitem compreender a incubação universitária como um processo educativo fundamentado na articulação entre prática, reflexão e construção coletiva do conhecimento. Nessa perspectiva, a universidade deixa de exercer apenas uma função de assessoramento técnico e passa a atuar como mediadora de processos formativos voltados ao fortalecimento das práticas autogestionárias, da cooperação e da participação das trabalhadoras na condução do trabalho associado.

No entanto, embora tenham sido observados avanços significativos no fortalecimento do Grupo Cantinho da Roça, a pesquisa também evidenciou desafios relacionados à consolidação da autogestão entre os quais destacam-se a concentração da gestão financeira em um número reduzido de integrantes

e a utilização de conta bancária vinculada à pessoa física, aspectos que revelam fragilidades na institucionalização de práticas efetivamente coletivas de gestão.

Tais achados demonstram que a autogestão não se estabelece de forma imediata, mas constitui um processo contínuo de aprendizagem, construção coletiva e amadurecimento organizacional, cuja consolidação depende da continuidade das ações formativas, do compartilhamento de responsabilidades e do fortalecimento da participação das integrantes nas diferentes dimensões da vida associativa.

4.2 A CONSTRUÇÃO DA AUTOGESTÃO NO COTIDIANO DO TRABALHO ASSOCIADO

A organização do trabalho no grupo Cantinho da Roça caracteriza-se pela distribuição compartilhada das atividades, sem funções rigidamente estabelecidas. As participantes se revezam nas diferentes etapas da produção e da gestão cotidiana, organizando as tarefas conforme as necessidades coletivas e as habilidades desenvolvidas por cada integrante. Essa dinâmica evidencia relações fundamentadas na cooperação, na corresponsabilidade e na ajuda mútua, aproximando-se dos princípios que estruturam a autogestão na Economia Popular e Solidária.

As decisões relacionadas à produção, à comercialização, ao cardápio e à organização do trabalho são construídas coletivamente. Quando não há consenso, o grupo recorre à votação, inclusive mediante enquetes realizadas em aplicativos de mensagens, demonstrando a adoção de mecanismos democráticos de tomada de decisão.

A experiência observada confirma a compreensão de Nascimento (2008) e Pita (2020) de que a autogestão não representa um modelo previamente alcançado, mas um processo social continuamente construído por meio da negociação, da aprendizagem compartilhada e da elaboração coletiva de regras de convivência. Os relatos das participantes revelam que a confiança mútua e a solidariedade constituem elementos centrais para a manutenção do grupo, permitindo enfrentar conflitos e compartilhar responsabilidades sem comprometer a continuidade do trabalho associado.

Entretanto, a pesquisa também identificou tensões inerentes ao processo de construção da autogestão. Embora as decisões estratégicas sejam compartilhadas, determinadas responsabilidades administrativas permanecem concentradas em poucas integrantes, especialmente aquelas relacionadas à gestão financeira e à organização das escalas de trabalho. Essas situações não descaracterizam a experiência autogestionária; ao contrário, evidenciam que a democratização das relações de trabalho constitui um processo gradual, permanentemente negociado entre as participantes.

4.3 CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA DAS MULHERES NO TRABALHO ASSOCIADO

A participação no Grupo Cantinho da Roça revelou-se vinculada à busca por melhores condições de vida, geração de renda e construção da autonomia das mulheres. Responsáveis, em diferentes graus, pela manutenção de seus núcleos familiares, as participantes reconhecem que o trabalho associado ampliou suas possibilidades de organização econômica, participação nas decisões coletivas e valorização do próprio trabalho.

Os relatos evidenciam trajetórias marcadas por experiências de trabalho informal, emprego doméstico remunerado e relações laborais caracterizadas pela subordinação. Ao compararem essas experiências com sua inserção no grupo, as participantes destacam o aumento da capacidade de decidir sobre a organização do trabalho, a distribuição das atividades e a gestão do cotidiano, atribuindo novos significados ao trabalho desenvolvido coletivamente.

Esses resultados dialogam com as contribuições da Economia Feminista ao demonstrar que a autonomia das mulheres não se reduz ao acesso à renda. Conforme argumentam Carrasco (2014), Kabeer (1999), Nobre (2006), Hillenkamp, Guérin e Verschuur (2014) e Pita (2020), trata-se de um processo relacional construído por meio da ampliação da capacidade de decisão, da participação nas práticas autogestionárias e do reconhecimento social do trabalho historicamente desempenhado pelas mulheres.

A construção da autonomia revela-se como um processo coletivo, sustentado pela participação nas decisões compartilhadas, pela ampliação das capacidades organizativas do grupo e pela corresponsabilidade na condução das atividades produtivas. Nesse contexto, o trabalho associado constitui um espaço de aprendizagem, cooperação e fortalecimento da ação coletiva, cujos efeitos extrapolam a dimensão econômica e alcançam as relações sociais, políticas e subjetivas vivenciadas pelas participantes.

Na experiência analisada, essa construção da autonomia revelou-se para além da dimensão produtiva, materializando-se em transformações concretas no cotidiano das participantes. A inserção no trabalho associado, aliada ao acesso à geração de renda própria e aos processos formativos promovidos pela incubação, ampliou a capacidade de participação nas decisões coletivas, fortaleceu o protagonismo das mulheres e favoreceu maior autonomia na gestão de suas trajetórias de trabalho e vida.

Os relatos evidenciam que a conquista de recursos financeiros próprios e a valorização de seus saberes contribuíram para ampliar a liberdade de escolha, fortalecer a autoestima e expandir horizontes de possibilidades, repercutindo positivamente nas relações familiares, comunitárias e na percepção de si como sujeitas de direitos. Em alguns casos, esse processo representou, inclusive, um importante

instrumento para o enfrentamento de relações marcadas pela dependência econômica, pela submissão e por situações de violência doméstica.

Todavia, os resultados não permitem concluir que essas transformações tenham eliminado as desigualdades de gênero ou as relações estruturais de dependência econômica vivenciadas pelas participantes. As evidências indicam avanços significativos na construção da autonomia, da emancipação econômica e do fortalecimento da ação coletiva, ao mesmo tempo em que revelam que tais conquistas permanecem em constante construção. Nesse sentido, os achados reforçam a importância da continuidade de políticas públicas, processos formativos e ações de acompanhamento capazes de sustentar e ampliar esses avanços, bem como apontam para a necessidade de novas investigações que analisem seus desdobramentos nas relações familiares, comunitárias e em outros contextos sociais.

4.4 TRABALHO ASSOCIADO, REDES COMUNITÁRIAS E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

A experiência do Grupo Cantinho da Roça produz efeitos que extrapolam o espaço físico da cantina universitária, articulando Universidade, Comunidades rurais e redes locais de produção. A aquisição de frutas, hortaliças e outros insumos provenientes das Comunidades de origem das participantes fortalece circuitos econômicos locais e favorece a circulação de renda entre famílias produtoras, ampliando os vínculos entre o trabalho associado e o desenvolvimento territorial.

Mais do que organizar atividades produtivas, o grupo mobiliza conhecimentos culinários, saberes tradicionais e relações de solidariedade construídas historicamente nas Comunidades onde as participantes vivem. Esses vínculos favorecem práticas de cooperação, compartilhamento de conhecimentos e ajuda mútua, fortalecendo redes sociais que sustentam a continuidade do trabalho coletivo.

A articulação entre universidade e comunidade constitui um dos principais resultados identificados pela pesquisa. Enquanto a IEPS/UEFS oferece acompanhamento formativo e condições institucionais para o desenvolvimento do trabalho associado, as participantes introduzem no espaço universitário conhecimentos, práticas produtivas e formas de organização construídas em seus territórios. Essa interação evidencia o potencial da extensão universitária para fortalecer processos de desenvolvimento territorial fundamentados na cooperação, na valorização dos saberes locais e na construção de alternativas econômicas comprometidas com a reprodução da vida.

Embora a experiência contribua para ampliar o reconhecimento social do trabalho desenvolvido pelas mulheres e fortalecer processos coletivos de organização comunitária, a pesquisa reconhece

como limite a ausência de investigação direta nas comunidades de origem das participantes. Assim, os efeitos territoriais identificados decorrem das narrativas produzidas pelas integrantes e das relações observadas durante o processo de incubação, indicando possibilidades para futuras pesquisas.

4.5 DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A CONTINUIDADE DO TRABALHO ASSOCIADO

A continuidade da experiência do grupo Cantinho da Roça depende tanto da consolidação de suas práticas autogestionárias, quanto das condições institucionais proporcionadas pelo processo de incubação. As participantes reconhecem a importância da permanência no Projeto Cantina Solidária como espaço de formação, geração de renda e fortalecimento da organização coletiva. Embora o edital preveja que o processo de incubação tenha duração de dois anos, com possibilidade de prorrogação por igual período, os relatos revelam preocupações quanto à efetivação dessa renovação e, sobretudo, quanto à continuidade das atividades do grupo após o encerramento do acompanhamento pela Incubadora.

Os documentos analisados indicam que a permanência no processo de incubação está vinculada ao compromisso contínuo do grupo com os princípios da EPS e com o processo educativo desenvolvido pela Incubadora. Nesse contexto, são valorizadas práticas de autogestão, produção e comercialização coletivas, gestão democrática e transparente dos recursos, participação nas atividades formativas e fortalecimento da organização coletiva, entendidas como elementos essenciais para a consolidação da experiência de incubação. Os resultados da pesquisa demonstram que o grupo apresenta avanços significativos nesses aspectos, embora ainda existam desafios relacionados à consolidação dos mecanismos coletivos de gestão e à ampliação da participação das integrantes nas responsabilidades administrativas.

Também foram identificadas limitações estruturais referentes às condições físicas da Cantina, à infraestrutura disponível e à necessidade de investimentos que assegurem melhores condições para o desenvolvimento das atividades cotidianas. Esses aspectos evidenciam que o fortalecimento da EPS não depende exclusivamente do compromisso dos grupos de trabalho associado, mas requer políticas públicas permanentes de apoio à incubação universitária, ao trabalho associado e às iniciativas de organização coletiva da produção.

Por fim, os resultados evidenciam que a incubação universitária constitui importante estratégia de fortalecimento da EPS ao favorecer a construção da autogestão, da autonomia das mulheres e da organização coletiva do trabalho. Entretanto, a sustentabilidade dessas experiências dependerá da continuidade das ações formativas, da ampliação da participação democrática e da consolidação de

políticas públicas comprometidas com o fortalecimento do trabalho associado e do desenvolvimento territorial.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da experiência do Grupo Cantinho da Roça permitiu compreender que a incubação universitária constitui importante estratégia de fortalecimento da EPS ao favorecer processos contínuos de formação, construção da autogestão e organização coletiva do trabalho associado. Os resultados evidenciaram que a atuação da Incubadora de Economia Popular e Solidária da Universidade Estadual de Feira de Santana (IEPS/UEFS) ultrapassa a dimensão do assessoramento técnico, configurando-se como um processo educativo capaz de articular universidade, comunidade e território na construção de práticas econômicas fundamentadas na cooperação, na solidariedade e na gestão democrática.

A pesquisa demonstrou que a incubação contribuiu para ampliar a participação das integrantes nos processos coletivos de decisão, fortalecer práticas autogestionárias e desenvolver capacidades coletivas necessárias à organização do trabalho associado. Embora tenham sido identificados desafios relacionados à concentração de determinadas responsabilidades administrativas, à gestão financeira e às condições de infraestrutura, tais aspectos evidenciam que a autogestão constitui um processo permanente de construção, marcado por aprendizagens, negociações e redefinição contínua das relações de trabalho.

No que se refere à participação das mulheres, os resultados permitem afirmar que a experiência analisada favoreceu processos de construção da autonomia por meio da ampliação da participação nas decisões coletivas, da valorização do trabalho desenvolvido e da reorganização das relações estabelecidas no cotidiano do grupo. Em consonância com a perspectiva da Economia Feminista e da EPS, os achados evidenciaram que a autonomia das mulheres não decorre exclusivamente da geração de renda, mas da possibilidade de construir relações de cooperação, compartilhar responsabilidades e participar ativamente da condução do trabalho associado.

A investigação também revelou que os efeitos da incubação extrapolam os limites do Grupo, fortalecendo vínculos comunitários, valorizando saberes locais e contribuindo para a articulação entre universidade e comunidades rurais. Assim, mais do que evidenciar os efeitos da incubação universitária sobre um grupo específico, este estudo demonstra que a EPS, quando articulada a processos permanentes de formação e extensão universitária, constitui importante estratégia de promoção da emancipação das mulheres, fortalecimento da organização coletiva e desenvolvimento territorial, reafirmando o papel da universidade pública como agente de transformação social.

No que concerne à contribuição científica, este estudo amplia o debate sobre a Incubação Universitária na EPS ao demonstrar que sua atuação deve ser compreendida como processo de construção coletiva de capacidades sociais, fortalecimento das práticas autogestionárias e promoção da autonomia das mulheres, e não apenas como mecanismo de apoio à gestão de grupos produtivos. Ao aproximar os referenciais da EPS, da Economia Feminista e do Desenvolvimento Territorial, o artigo contribui para uma interpretação integrada das relações entre trabalho associado, universidade e organização comunitária.

Entre as limitações desta pesquisa, destaca-se a realização do estudo em um único grupo de trabalho associado e a ausência de investigação direta nas comunidades de origem das participantes, aspectos que restringem a generalização dos resultados. Dessa forma, recomenda-se que pesquisas futuras desenvolvam estudos comparativos com outras experiências incubadas, investiguem os impactos territoriais da EPS em diferentes contextos e aprofundem a análise das relações entre incubação universitária, autonomia das mulheres e desenvolvimento territorial.

Assim, conclui-se que a experiência do grupo Cantinho da Roça evidencia o potencial da Incubação Universitária como instrumento de fortalecimento da Economia Popular e Solidária, ao promover processos de aprendizagem coletiva, construção da autogestão e organização do trabalho associado. Mais do que favorecer a geração de renda, a incubação contribui para fortalecer capacidades coletivas, ampliar a participação democrática e consolidar formas de organização econômica comprometidas com a justiça social, a solidariedade e o Desenvolvimento-Politico-Territorial.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BONETI, Lindomar Wessler. **Políticas Públicas por Dentro**. 2ª Edição. Editora Unijuí: Ijuí, 2007.

CARRASCO, Cristina. Sostenibilidad de la vida y economía feminista. In: CARRASCO, Cristina (Org.). **Con voz propia:** la economía feminista como apuesta teórica y política. Santiago de Compostela: La Voz de Galicia, 2014. p. 25-47.

CORAGGIO, José Luis. **Economia social e solidária:** o trabalho antes do capital. Coimbra: Almedina, 2011.

DÍAZ, Natalia Quiroga. Economías feminista, social y solidaria: respuestas heterodoxas a la crisis de reproducción en América Latina. **Íconos: Revista de Ciencias Sociales**, Quito, n. 33, p. 111-123, 2009. Disponível em: https://doi.org/10.17141/iconos.33.2009.299. Acesso em: 18 jun. 2026.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. A problemática da economia solidária: um novo modo de gestão pública? **Cadernos EBAPE.BR,** Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 1-18, 2004. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1679-39512004000100004. Acesso em: 18 jun. 2026.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

HILLENKAMP, Isabelle; GUÉRIN, Isabelle; VERSCHUUR, Christine. Economie solidaire et théories féministes: pistes pour une convergence nécessaire. **Revista de Economia Solidária**, Associação Centro de Estudos da Economia Solidária do Atlântico, Ponta Delgada, n. 7, p. 4-43, out. 2014. Disponível em: https://www.socioeco.org/bdf_fiche-document-5380_pt.html. Acesso em: 18 jun. 2026.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007. Disponível em: https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/344. Acesso em: 18 jun. 2026.

KABEER, Naila. Resources, agency, achievements: reflections on the measurement of women's empowerment. **Development and Change**, Oxford, v. 30, n. 3, p. 435-464, 1999. Disponível em: https://doi.org/10.1111/1467-7660.00125. Acesso em: 18 jun. 2026.

LIMA, José Raimundo Oliveira; SANTOS, Francielle Nascimento dos. Educação, formação e informação: um princípio estratégico entre os cooperados da Cooperativa COOBAF/FS. **Revista PPC**, Curitiba, v. 15, n. 1, p. 1-16, 2026. Disponível em: https://doi.org/10.23900/2359-1552v15n1-33-2026. Acesso em: 6 jun. 2026.

MIGLIARO, Luis Razeto. **Os caminhos da economia de solidariedade**. Tradução de Claudio A. Barría Mancilla. Rio de Janeiro: Pluriverso, 2023.

NASCIMENTO, Cláudio. Autogestão: economia solidária e utopia. **Otra Economía,** Buenos Aires, v. 2, n. 3, 2008. Disponível em: https://doi.org/10.4013/1104. Acesso em: 18 jun. 2026.

NOBRE, Miriam. **Mulheres na economia solidária**: tecendo redes de autonomia e resistência. São Paulo: SOF, 2006.

PITA, Flávia Almeida. "Com que roupa eu vou pro samba que você (não) me convidou?": entre desventuras da personificação jurídica e insurgências das lutas pelo trabalho associado. 2020. 491 f. **Tese** (Doutorado em Sociologia e Direito) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA. **A incubadora.** Feira de Santana: UEFS, [2026]. Disponível em: https://incubadorauefs.blogspot.com/p/cantina.html?m=1. Acesso em: 16 jun. 2026.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.